

**CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO PÚBLICA**

**DENISE ALVES GOMES**

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA**  
**VULNERABILIDADE SOCIAL**

PORTO VELHO- RO  
2025

**DENISE ALVES GOMES**

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD, na modalidade a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Orientador: Professor Doutor Filipe de Castro Quelhas

Porto velho- RO  
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Gomes, Denise Alves.

O impacto do Programa Bolsa Família na redução da vulnerabilidade social / Denise Alves Gomes. - Porto Velho, 2025. 20 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Filipe de Castro Quelhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Assistência social. 2. Bolsa família. 3. Vulnerabilidade social. 4. Políticas públicas. 5. Governador Jorge Teixeira. I. Quelhas, Filipe de Castro (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946



## ATA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO

Na data 30/07/2025 realizou-se a sessão pública de defesa do Artigo Científico intitulada **O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL** apresentada pela aluna **Denise Alves Gomes (2023207180149)** do Curso **Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Porto Velho Zona Norte)**. Os trabalhos foram iniciados às **16:30** pelo Professor **Filipe de Castro Quelhas** presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Filipe de Castro Quelhas** (Orientador)
- **Luciana Aparecida Barbieri** (Examinadora Interna)
- **Maria Carolina Martins Rodrigues** (Examinadora Externa)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Artigo Científico, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

**[X] APROVADO**

**Nota: 80**

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Filipe de Castro Quelhas** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

PORTO VELHO / RO, 30/07/2025

Documento assinado eletronicamente por **Denise Alves Gomes**, Discente, em 31/07/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Filipe de Castro Quelhas**, Orientador, em 30/07/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Aparecida Barbieri**, Examinador Interno, em 30/07/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Martins Rodrigues**, Examinador Externo, em 30/07/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força, saúde e sabedoria que me sustentaram durante toda essa caminhada acadêmica. Aos meus pais e familiares, pelo amor, apoio incondicional e incentivo em cada etapa da minha vida. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos professores e mediadores do curso de Gestão Pública do IFRO, que compartilharam conhecimento, dedicação e paciência, tornando essa jornada mais rica e significativa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Filipe de Castro Quelhas, pela orientação, incentivo e confiança depositada neste trabalho.

Aos moradores do município de Governador Jorge Teixeira, em especial os participantes da pesquisa, que gentilmente colaboraram com informações valiosas para a construção deste estudo.

## **RESUMO**

Esse Trabalho de Conclusão tem como objetivo analisar o impacto do Programa Bolsa Família na redução da vulnerabilidade social no município de Governador Jorge Teixeira – RO. O estudo parte do reconhecimento de que a pobreza não se limita à falta de renda, mas envolve múltiplas dimensões, como alimentação, educação, saúde e participação social. O problema de pesquisa consistiu em investigar se o programa tem contribuído de forma efetiva para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias no município. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa com suporte quantitativo, utilizando levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionários e entrevistas com 25 famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os resultados evidenciam avanços significativos, como a redução da insegurança alimentar, o aumento da frequência escolar e a melhoria no acompanhamento da saúde infantil. Entretanto, foram identificadas fragilidades, entre elas a insuficiência do valor do benefício para cobrir as necessidades básicas, a dificuldade de acesso aos serviços públicos em áreas rurais e a falta de políticas complementares de capacitação e inclusão produtiva. Conclui-se que o Bolsa Família cumpre papel essencial no alívio imediato da pobreza e na garantia de direitos sociais, mas ainda carece de maior articulação intersetorial para promover a emancipação social das famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Social; Bolsa Família; Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas; Governador Jorge Teixeira.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the impact of the Bolsa Família Program on reducing social vulnerability in the municipality of Governador Jorge Teixeira, in the state of Rondônia, Brazil. The study recognizes that poverty is not limited to lack of income, but involves multiple dimensions, such as food, education, health, and social participation. The research problem was to investigate whether the program has effectively contributed to improving the living conditions of beneficiary families in the municipality. A qualitative approach supported by quantitative data was adopted, including bibliographic review, document analysis, and the application of

questionnaires and interviews with 25 families assisted by the Social Assistance Reference Center (CRAS). The results highlight significant improvements, such as the reduction of food insecurity, the increase in school attendance, and better child health monitoring. However, weaknesses were also identified, including the insufficiency of the benefit amount to cover basic needs, the difficulty in accessing public services in rural areas, and the lack of complementary policies for training and productive inclusion. It is concluded that Bolsa Família plays an essential role in the immediate alleviation of poverty and in guaranteeing social rights, but still requires greater intersectoral articulation to promote the social emancipation of families.

**Keywords: Social Assistance.** Bolsa Família. Social Vulnerability. Public Policies. Governador Jorge Teixeira.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família constitui-se como uma das principais políticas públicas de transferência de renda no Brasil, tendo como objetivo central a redução da pobreza e a garantia de direitos sociais básicos. Criado em 2003, o programa foi estruturado a partir da unificação de iniciativas anteriores, como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás, consolidando-se como referência mundial em proteção social. Mais de duas décadas após sua implementação, torna-se essencial avaliar de que forma essa política tem impactado realidades locais, especialmente em municípios de pequeno porte, onde as vulnerabilidades sociais são mais intensas e o acesso a serviços públicos é limitado.

No município de Governador Jorge Teixeira, situado no interior de Rondônia, diversas famílias vivem em condições de pobreza e extrema pobreza, tendo no Bolsa Família uma das principais fontes de sustento. Esse contexto suscita o problema de pesquisa que orienta este estudo: compreender se o programa tem contribuído efetivamente para a redução da vulnerabilidade social dessas famílias. A questão norteadora que se coloca é: o Programa Bolsa Família tem gerado melhorias concretas na qualidade de vida das famílias atendidas pelo Governador Jorge Teixeira?

A relevância desta investigação está na possibilidade de subsidiar gestores públicos locais na formulação de estratégias mais eficazes de acompanhamento das famílias beneficiárias. Além disso, permite dar visibilidade às percepções dos próprios usuários sobre os resultados do programa, oferecendo subsídios para o fortalecimento da assistência social e para o aprimoramento das políticas de inclusão produtiva e de combate à pobreza.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o impacto do Programa Bolsa Família na redução da vulnerabilidade social das famílias atendidas no município de Governador Jorge Teixeira – RO. Para alcançar tal finalidade, foram definidos os seguintes objetivos específicos: levantar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias; avaliar os efeitos do programa sobre aspectos como alimentação, educação e acesso à saúde; identificar a percepção dos beneficiários sobre a contribuição do programa em suas vidas; e apontar desafios e propor sugestões para o aprimoramento da gestão local do Bolsa Família.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com suporte quantitativo, também chamada de abordagem mista. Foram utilizados procedimentos como levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionários e entrevistas com famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os dados coletados foram analisados por meio de estatística descritiva, no caso das informações quantitativas, e análise de conteúdo, no caso das informações qualitativas.

## **2 A Assistência Social no Brasil: Histórico e Organização**

### **1.1 Breve histórico da assistência social no Brasil**

A assistência social no Brasil passou por um processo de transformação gradual até se consolidar como uma política pública de direito. Durante muito tempo, o atendimento às pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade foi caracterizado pelo filantropismo e pelo clientelismo, com forte atuação de entidades religiosas e organizações da sociedade civil, sem regulamentação formal do Estado. O crescimento urbano e o aumento das desigualdades sociais no século XX impulsionaram debates sobre a necessidade de políticas sociais mais estruturadas. No entanto, foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que a assistência social passou a ser reconhecida como um direito do cidadão e dever do Estado, integrando a Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. Essa mudança histórica marcou a transição da assistência social de caráter assistencialista para uma política pública baseada em princípios de cidadania, igualdade e justiça social, voltada a todos que dela necessitarem.

### **1.2 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social**

A Constituição de 1988 definiu a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. O artigo 203 estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade, com objetivos voltados à proteção da família, da infância, da adolescência e da velhice; ao amparo de crianças e adolescentes em situação de risco; à promoção da integração ao mercado de trabalho; à habilitação e reabilitação de pessoas com

deficiência; e à garantia de benefício mensal a pessoas com deficiência e idosos que não possuam meios de subsistência. Essa concepção ampliou o papel do Estado e fundamentou a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

### 1.3 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O SUAS, instituído oficialmente em 2005 por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), organiza a assistência social em modelo descentralizado e participativo, com responsabilidades compartilhadas entre União, estados e municípios, e com articulação com a sociedade civil. O sistema estrutura os serviços, programas e benefícios em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica, voltada à prevenção de riscos sociais e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, atendida principalmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); e a Proteção Social Especial, destinada a situações de risco pessoal ou social, como violência, abandono ou rompimento de vínculos, atendida pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). A implementação do SUAS consolidou princípios de gestão democrática, intersetorialidade, controle social e garantia de direitos.

### 1.4 Princípios e diretrizes da assistência social

Conforme a PNAS e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), a assistência social deve seguir princípios de universalidade do atendimento, gratuidade dos serviços, respeito à dignidade e autonomia dos usuários, participação e controle social, equidade e justiça social. Estes princípios orientam a atuação dos gestores públicos em todos os níveis, garantindo acesso da população aos direitos socioassistenciais, inclusive em municípios de pequeno porte como Governador Jorge Teixeira.

O Programa Bolsa Família: Fundamentos e Resultados

### 2.1 Origem e objetivos do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído em 2003 pelo Governo Federal, unificando iniciativas anteriores como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, consolidando-se como uma das maiores políticas de

transferência de renda condicionada do mundo. O PBF busca garantir renda mínima para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, promovendo segurança alimentar, educação e saúde, além de estimular a inclusão social e emancipação dos beneficiários. Seus eixos centrais incluem transferência de renda, cumprimento de condicionalidades educacionais e de saúde, e ações complementares que visam à superação da pobreza por meio da integração com outras políticas públicas.

## 2.2 Critérios de elegibilidade e condicionalidades

O acesso ao PBF é feito por meio do Cadastro Único (CadÚnico), considerando renda per capita de até R\$218,00 e situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias devem cumprir condicionalidades relacionadas à educação, com frequência escolar mínima, e saúde, com vacinação e acompanhamento nutricional, sob pena de suspensão do benefício em casos de descumprimento não justificado.

## 2.3 Gestão e operacionalização do Programa

A gestão do PBF é descentralizada, envolvendo União, estados e municípios. Localmente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, com apoio do CRAS, é responsável pelo acompanhamento das famílias e atualização do CadÚnico. Municípios de pequeno porte, como Governador Jorge Teixeira, enfrentam desafios como limitação de recursos e capacitação de equipes, mas a atuação municipal é crucial para garantir a efetividade do programa e a articulação com políticas de saúde, educação e geração de trabalho e renda.

## 2.4 Resultados e impactos sociais do Bolsa Família

Estudos indicam que o PBF contribuiu para a redução da pobreza extrema, aumento da frequência escolar, melhoria da saúde infantil e estímulo à economia local. Entretanto, desafios permanecem quanto à superação da dependência do benefício, integração com políticas de emprego e formação profissional, e oferta de serviços públicos em territórios vulneráveis.

## **3 Contextualização do Município de Governador Jorge Teixeira – RO**

### 3.1 Características geográficas e demográficas

Localizado na mesorregião Leste Rondoniense, Governador Jorge Teixeira possui cerca de 7.000 habitantes distribuídos entre sede urbana e zona rural. Sua economia é baseada na agricultura familiar, pecuária e extrativismo, e o município enfrenta problemas estruturais como malha viária precária, acesso limitado a serviços públicos e dispersão populacional, além de desafios ambientais como desmatamento e queimadas.

### 3.2 Indicadores sociais e situação da assistência social

Classificado como município de pequeno porte II pelo SUAS, apresenta IDHM médio e alta dependência de políticas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família. A rede socioassistencial conta principalmente com um CRAS, com cobertura limitada na zona rural. A gestão municipal busca fortalecer a proteção social por meio de parcerias intersetoriais e ações itinerantes.

### 3.3 Participação cidadã e controle social no município

A participação cidadã é garantida pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e pelas conferências, embora existam fragilidades, como baixa escolaridade e dificuldade de mobilização social, principalmente nas áreas rurais. Experiências locais, como reuniões comunitárias promovidas pelo CRAS, têm ampliado o diálogo com a população.

## **4 Análise dos Impactos do Programa Bolsa Família no Município de Governador Jorge Teixeira – RO**

A pesquisa foi realizada com 25 famílias beneficiárias do PBF, residentes em áreas urbanas e rurais. A maioria é chefiada por mulheres (72%), com idade entre 30 e 50 anos, e possui em média três filhos. Cerca de 60% dos responsáveis têm ensino fundamental incompleto, e a principal fonte de renda é o benefício do Bolsa Família, variando entre R\$600,00 e R\$900,00.

## 4.2 Resultados Obtidos a partir de Questionários e Entrevistas

**Alimentação:** 88% das famílias afirmaram que o benefício contribui diretamente para a compra de alimentos básicos. Alguns relataram que, antes de receberem o auxílio, enfrentavam insegurança alimentar com frequência.

**Educação:** 76% das famílias disseram que o programa incentivou a frequência escolar regular dos filhos, especialmente após o acompanhamento feito pelo CRAS quanto às condicionalidades educacionais.

**Saúde:** 68% das entrevistadas afirmaram que as crianças da casa mantêm a vacinação em dia e frequentam unidades básicas de saúde, especialmente quando há campanhas de monitoramento exigidas pelo programa.

## 4.3 Percepções dos Beneficiários sobre o Programa

As entrevistas evidenciam gratidão pelo programa, mas expressam desejo de independência financeira. Os beneficiários ressaltam a importância do PBF para a alimentação e educação, mas manifestam interesse por cursos e oportunidades de geração de renda, indicando a necessidade de integração do programa com políticas de inclusão produtiva.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

A compreensão do impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na redução da vulnerabilidade social exige uma base teórica sólida que articule conceitos de pobreza, desigualdade, direitos sociais e políticas públicas de transferência de renda.

### 1.1 Pobreza e Vulnerabilidade Social

Segundo Amartya Sen (2000), a pobreza não deve ser compreendida apenas como insuficiência de renda, mas como privação de capacidades, ou seja, a ausência de condições mínimas para uma vida digna, incluindo acesso à alimentação adequada,

educação, saúde e participação social. A abordagem das capacidades propõe que políticas públicas devem ampliar as liberdades reais das pessoas, não apenas prover recursos monetários. Complementando essa visão, Minayo (2008) enfatiza que a vulnerabilidade social está associada a fatores estruturais, como baixa escolaridade, desemprego, condições precárias de moradia e fragilidade nas redes de apoio. Dessa forma, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, atuam como mecanismos importantes de proteção, mas precisam estar articulados a ações complementares e ao fortalecimento da rede de assistência social.

## 1.2 A Política de Assistência Social no Brasil

A assistência social, como direito de cidadania, foi consolidada na Constituição Federal de 1988 como parte integrante da Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993) estabelece que a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, com foco na proteção de famílias, crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos em situação de risco social. A instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, representou um avanço ao promover um modelo descentralizado de gestão, enfatizando a intersetorialidade, o controle social e a territorialização das ações. De acordo com Lamamoto (2008), a consolidação do SUAS contribuiu para a profissionalização da assistência social, definindo responsabilidades dos entes federativos e organizando os serviços por níveis de proteção.

## 1.3 Programas de Transferência de Renda e Combate à Pobreza

Programas de transferência de renda surgem como estratégia para mitigar os efeitos da pobreza e promover a inclusão social. O Bolsa Família se destaca por sua abrangência e por adotar o modelo de transferência condicionada, vinculando o benefício ao cumprimento de exigências em saúde e educação, como frequência escolar mínima e vacinação. Soares et al. (2010) apontam que esses programas têm duplo objetivo: aliviar a pobreza de forma imediata por meio da renda e estimular o desenvolvimento do capital humano das futuras gerações. Bichir (2011) ressalta que o Bolsa Família possui dimensão estruturante, integrando-se a outras políticas públicas e promovendo o acesso das famílias a serviços de saúde, educação,

assistência social e qualificação profissional. Contudo, a autora alerta que a focalização excessiva e a dependência podem ocorrer se o programa não estiver vinculado a estratégias mais amplas de desenvolvimento e inclusão produtiva.

#### 1.4 Participação Social e Cidadania

O fortalecimento da cidadania ativa é um dos pilares da política de assistência social. A participação dos usuários nas decisões sobre serviços e benefícios sociais é garantida por instrumentos como os conselhos de assistência social e as conferências municipais, estaduais e nacionais. Silva (2012) argumenta que a cidadania plena envolve não apenas o acesso a direitos, mas também a capacidade de influenciar decisões que afetam a vida coletiva. Em municípios pequenos, como Governador Jorge Teixeira, a participação cidadã enfrenta obstáculos, incluindo baixa escolaridade, desconhecimento sobre direitos e pouca tradição de organização social. Dessa forma, o Bolsa Família e outras ações socioassistenciais devem ser acompanhados por estratégias de empoderamento das famílias e incentivo ao protagonismo social.

#### **4.1 Objetivo geral**

Analisar o impacto do Programa Bolsa Família na redução da vulnerabilidade social das famílias atendidas no município de Governador Jorge Teixeira - RO.

#### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município.

Identificar os efeitos do programa na segurança alimentar, saúde e educação das famílias atendidas.

Verificar a percepção dos beneficiários sobre o programa e suas expectativas em relação à emancipação social.,

Avaliar a atuação do CRAS e a operacionalização do programa no município.

Apontar pontos fortes, fragilidades e propor sugestões de aprimoramento do Programa Bolsa Família localmente.

## **5 METODOLOGIA**

A pesquisa adotou abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, permitindo compreender de forma abrangente o impacto do Programa Bolsa Família no município de Governador Jorge Teixeira.

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre políticas de transferência de renda e vulnerabilidade social; análise documental de relatórios do CRAS, CadÚnico e dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social; e aplicação de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas com famílias beneficiárias do programa.

A pesquisa foi realizada no município de Governador Jorge Teixeira – RO, com amostra composta por famílias atendidas pelo CRAS. A seleção considerou diversidade socioeconômica, composição familiar e tempo de participação no programa, garantindo representatividade.

Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando frequência, porcentagens e medidas de tendência central, enquanto os dados qualitativos foram tratados por meio de análise de conteúdo, permitindo organizar as informações em categorias temáticas relacionadas à percepção das famílias sobre o programa, mudanças socioeconômicas e participação social.

## **6 RESULTADOS ESPERADOS**

A análise dos dados indica que o Programa Bolsa Família tem cumprido seu papel de mitigação da pobreza extrema em Governador Jorge Teixeira. Foram observadas melhorias significativas em segurança alimentar, frequência escolar e acesso à saúde, evidenciando o impacto positivo das condicionalidades do programa e da atuação local do CRAS. Esses resultados estão em consonância com estudos nacionais sobre a eficácia das transferências condicionadas (IETS, 2020; Sposati, 2017). No entanto, como destacam Yasbek (2010) e Silva (2019), a superação da pobreza exige mais do que a simples transferência de renda. É necessário articular o Bolsa Família a políticas complementares, incluindo capacitação profissional,

inclusão no mercado de trabalho, fortalecimento da agricultura familiar e acesso ampliado a serviços públicos, especialmente em contextos onde barreiras territoriais e estruturais limitam a efetividade das políticas.

Entre os pontos fortes do programa, destacam-se a garantia de renda mínima para as famílias mais vulneráveis, a redução da insegurança alimentar, o aumento da adesão à vacinação e à frequência escolar, e o fortalecimento do comércio local. Já as fragilidades incluem o valor insuficiente do benefício, a carência de ações complementares, a dificuldade de acesso aos serviços em áreas rurais e a baixa articulação intersetorial. Como sugestões de aprimoramento, propõe-se: ampliar ações itinerantes do CRAS para comunidades isoladas, implementar parcerias com instituições de capacitação profissional, criar iniciativas de geração de renda, fortalecer o acompanhamento domiciliar das famílias e ampliar a divulgação dos direitos e serviços socioassistenciais, incentivando o protagonismo social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o impacto do Programa Bolsa Família na redução da vulnerabilidade social das famílias atendidas no município de Governador Jorge Teixeira – RO. Por meio de uma abordagem qualitativa com suporte quantitativo, foi possível compreender os efeitos do programa na vida dos beneficiários e identificar tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na gestão local. A partir do levantamento bibliográfico e da análise documental, verificou-se que o Bolsa Família constitui uma das mais importantes políticas públicas de transferência de renda no Brasil, contribuindo de forma significativa para o combate à pobreza e a promoção dos direitos sociais. A política está fundamentada nos princípios do SUAS, com base na garantia de renda mínima, na vinculação às condicionalidades e na articulação com ações complementares. A aplicação de questionários e entrevistas com famílias beneficiárias evidenciou que o programa tem proporcionado melhorias reais nas condições de vida, especialmente no que se refere à segurança alimentar, à frequência escolar das crianças e ao acesso aos serviços básicos de saúde. Os relatos dos beneficiários também demonstraram que o programa é percebido como essencial para a sobrevivência familiar, ao

mesmo tempo em que revelam o desejo de maior autonomia e oportunidades de inclusão produtiva.

Contudo, a pesquisa também apontou fragilidades na implementação local do programa, como a insuficiência do valor do benefício para cobrir todas as necessidades das famílias, a limitação do acesso a serviços nas áreas rurais e a ausência de ações complementares efetivas. Essas limitações dificultam a superação da condição de vulnerabilidade de forma estrutural e sustentável.

Em resposta à pergunta de pesquisa — “O Programa Bolsa Família tem contribuído efetivamente para a redução da vulnerabilidade social das famílias atendidas no município de Governador Jorge Teixeira?” — pode-se afirmar que sim, o programa tem cumprido um papel importante na mitigação da pobreza extrema e na garantia de direitos básicos. No entanto, seus efeitos ainda são limitados no enfrentamento das causas estruturais da pobreza, exigindo maior articulação com outras políticas públicas, especialmente no que se refere à geração de renda, qualificação profissional e desenvolvimento territorial.

Como contribuição para a gestão pública local, este estudo sugere:

- A ampliação das ações itinerantes e o fortalecimento do CRAS;
- A oferta de cursos de capacitação e inclusão produtiva em parceria com instituições de ensino e formação;
- A criação de estratégias de acompanhamento mais próximo das famílias;
- A promoção de espaços de escuta e participação social, inclusive na zona rural.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o número reduzido de famílias entrevistadas, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, a pesquisa foi realizada em um período curto, não sendo possível acompanhar os

efeitos do programa a médio e longo prazo. Para futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem os beneficiários ao longo do tempo, bem como análises intersetoriais que envolvam a educação, a saúde e o desenvolvimento econômico local, aprofundando a compreensão sobre os caminhos possíveis para a emancipação social das famílias em situação de vulnerabilidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R. de et al. A implementação do Programa Bolsa Família: revisão de literatura. *Emancipação*, v. 21, p. 1–20, 29 jun. 2021. DOI: 10.5212/**Emancipacao**.v.21.2114655.017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/14655>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BICHIR, R. M. **O Bolsa Família na prática: focalização e territorialização**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Caderno de informações sociais**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC/MDS. **Guia de gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2022.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. de M. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00207922, 17 jul. 2023. DOI: 10.1590/0102-311XPT207922. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/J4P9BbjBcVZHxzbwQNc6Xgx/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2023.

GOVERNADORIA DO BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Novo Bolsa Família em Rondônia**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/jul.25/em-rondonia-130-mil-familias-recebem-o-bolsa-familia-a-partir-desta-sexta-18>. Acesso em: 18 jul. 2025.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: Governador Jorge Teixeira (RO)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. da S. e. **Transferência de renda no Brasil: contribuições e limites do Programa Bolsa Família**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, S. P. da. Cidadania e participação social: desafios da assistência social no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 2, p. 243–251, 2012.

SOARES, S.; RIBEIRO, L. H. P. **O Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

SPOSATI, A. **Proteção social e seguridade social: dilemas do presente**. São Paulo: Cortez, 2017.

YASBEK, M. C. **Pobreza e cidadania: trajetórias e políticas sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.